

02908-2007-195-09-00-9 – 1ª TURMA

Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DEJT em 26-10-2010

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR. DIREITOS COLETIVOS. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. Não há dúvidas de que efetiva forma de oposição aos atos contrários ao direito se faz através do instituto da tutela inibitória, exercitado com o intuito de imputar ao demandado obrigações de fazer e não-fazer, que impeçam condutas futuras írritas ao direito, ao invés de aguardar eventual dano para postular a tutela reparatória. Contudo, no caso em comento, a possibilidade de infração aos ditames legais que possam ocasionar gravame à saúde e segurança dos empregados é indicada unicamente pelos relatórios fiscais e depoimentos colhidos, de forma unilateral, pelo Autor e, assim, a prova constante dos Autos não se apresenta robusta o bastante para alicerçar um decreto condenatório, nos moldes pleiteados na inicial. É certo que existiu demonstração de infringência aos dispositivos legais brandidos, porém, não se produziu qualquer prova de que a empresa adote tal conduta de maneira sistemática, em detrimento à coletividade de seus trabalhadores e da sociedade em geral. Cabia ao Autor a comprovação nos autos de que as violações apontadas decorriam de política da empresa, institucionalizando em seu âmbito o desrespeito ao limite de jornadas e aos intervalos intra e entre jornadas, contudo, não se desincumbiu de tal ônus, porquanto os relatórios fiscais e as declarações colhidas extraprocessualmente podem ser considerados como casos episódicos, não extensivos a toda coletividade dos trabalhadores, em todo o período. Recurso do Ministério Público do Trabalho a que se nega provimento.